

Início do vagão exclusivo para mulheres no metrô do Recife divide opiniões

A primeira viagem do vagão exclusivo para mulheres no metrô do Recife, realizada na tarde desta segunda-feira (16), foi bem avaliada pelas passageiras, mas também há uma preocupação entre elas de que a medida facilite a ação de assaltantes. Adotado devido a pedidos recebidos pela ouvidoria da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), o 'vagão rosa' está [em fase de testes](#) e fica disponível nos horários de pico: das 6h às 8h30 e das 16h30 às 19h30.

[\(G1-PE, 16/01/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

“Essa foi uma opção ótima, porque vou me sentir mais segura. Nos outros vagões, o empurra-empurra é grande. Essa opção tem que durar aqui no metrô”, comenta a operadora de caixa Eunice Temóteo, que utiliza o meio de transporte junto com a filha, Alice, sempre que precisa ir ao Centro do Recife.



A operadora de caixa Eunice Temóteo e a filha Alice aprovam a implementação do vagão feminino no metrô do Recife *(Foto: Marina Meireles/G1)*

A técnica em enfermagem Conceição Maciel também aprovou a implantação da medida. “Estou me sentindo muito segura. Tenho parentes no Rio e elas falam que o vagão feminino é uma coisa muito boa lá”, ressalta.

De acordo com o superintendente do metrô do Recife, Leonardo Villar Beltrão, o 'vagão rosa' também foi uma ideia sugerida pelo [Ministro das Cidades Bruno Araújo, que visitou a sede da CBTU em outubro do ano passado](#). “Essa sugestão veio através do Ministério das Cidades, já que outras cidades já adotaram e a medida deu certo. Decidimos adotar no Recife para avaliar a repercussão dos passageiros é positiva também”, explica.



Operação do vagão exclusivo para mulheres no metrô do Recife teve início nesta segunda (16) (Foto: Marina Meireles/G1)

Durante as paradas nas estações, o vagão, com capacidade para até 200 mulheres, contou com cinco seguranças para impedir a entrada de homens, sendo quatro em cada uma das entradas e um na divisória do vagão misto. “No futuro, nossa ideia é poder culturalizar o vagão feminino para que não haja a necessidade de barrar a entrada de homens”, destaca o superintendente.

Segundo ele, os testes devem durar 15 dias, mas, diante da receptividade das passageiras, há chance de o sistema ser mantido. “A experiência foi muito bem-sucedida na viagem e a gente espera implementar no restante da frota”, explica.

Opiniões divididas

Mesmo que em menor número, passageiras como a cake designer Genilda Fragozo acreditam que o 'vagão rosa' pode tornar as mulheres vulneráveis. “Hoje tem seguranças no vagão, mas ninguém garante a presença deles em outros dias. Como é um vagão só de mulheres, isso pode

chamar a atenção de assaltantes”, observa.

Para Maria Dolores Fastoso, integrante da coordenação do Fórum de Mulheres de Pernambuco, a medida apenas segrega as mulheres e não tem eficácia. “Isso já foi feito no Rio de Janeiro e não demonstrou resultados. A gente não precisa de exclusividade no metrô, a gente quer transitar com segurança em todos os espaços públicos e esse vagão não vai mudar absolutamente nada”, frisa.



Seguranças impedem a entrada de homens no ‘vagão rosa’ do metrô do Recife (Foto: Marina Meireles/G1)

A opinião é compartilhada pela secretária da Mulher do Recife, Cida Pedrosa. Para ela, a medida pode até satisfazer num primeiro momento, mas não resolve o problema a longo prazo. “O ‘vagão rosa’ reforça a lógica de prender a vítima ao invés de prender o agressor, o que é errado e não resolve o problema. O direito da mulher é estar onde ela quiser estar”, comenta.

Segundo a secretária, a implantação de câmeras nos vagões é uma das medidas que seriam mais eficazes do que o vagão feminino. “Também é importante dar credibilidade à mulher quando ela for denunciar. Muitas vezes, elas são ridicularizadas”, lamenta.

O **G1** também procurou a Secretaria da Mulher de Pernambuco para repercutir o vagão exclusivo para mulheres no metrô do Recife, mas não obteve resposta à solicitação.

Nota da AMB sobre os rumos da Reforma Ministerial e possível Rebaixamento da Secretaria de Políticas para as Mulheres, SEPPIR e SDH

(AMB, 28/09/2015) Nós, da Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB, tornamos pública nossa indignação sobre a forma como vem sendo conduzida a reforma ministerial em curso e os retrocessos que apontam. A grave crise que atravessamos deve ser enfrentada em diálogo com as forças sociais que historicamente vem lutando em defesa dos direitos, da democracia e da transformação social nesse país. Deve ser enfrentada com a taxação das grandes fortunas, com medidas que caminhem para uma tributação mais progressiva, com a imposição de limites ao sangramento do fundo público pelo capital financeiro, com a manutenção dos direitos, de políticas públicas que promovam igualdade e de seus instrumentos fundamentais de realização.

Manifestamos nossa indignação frente a perspectiva de rebaixamento das Secretarias de Políticas para as Mulheres - SPM, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR e da Secretaria de Direitos Humanos - SDM na reforma ministerial. A criação destes Ministérios foi uma conquista histórica dos movimentos de mulheres e feministas, da população negra organizada e dos movimentos de direitos humanos. Estes Ministérios são instrumentos fundamentais para enfrentar desigualdades estruturantes da sociedade brasileira, que produzem, no cotidiano da maioria da população do país, situações permanentes de violação de direitos, opressão e violência. São instrumentos que fazem avançar a democratização do Estado brasileiro. Representam o reconhecimento histórico da pluralidade de sujeitos e das diferentes desigualdades de gênero, raça e classe que estruturam a sociedade brasileira e cuja superação é condição para a garantia de uma igualdade substantiva.

A fusão dessas Secretarias em um único ministério representa, material e simbolicamente, um retrocesso histórico para os movimentos de mulheres brasileiras. Não podemos aceitar que, mais uma vez, nós mulheres paguemos pela crise, com nossos direitos, com nossa vida, sendo nós as que enfrentaremos, e já estamos enfrentando, as consequências mais duras desse processo nas nossas condições de vida.

Rebaixar instrumentos de luta pela democratização do Estado e pela garantia de direitos das mulheres, da juventude negra e todo o povo negro, e dos povos e comunidades tradicionais é desconhecer e atuar com descaso frente à violência praticada contra as mulheres, especialmente as mulheres negras, e frente ao genocídio da juventude negra e dos povos indígenas, e das comunidades tradicionais (que ocupam 1/4 do território nacional).

Extinguir as secretarias, assim como rebaixar nossos direitos, são medidas inaceitáveis, que produzirão retrocessos e perdas irreparáveis naquilo que recente e fragilmente conquistamos e aprofundarão o fosso das desigualdades de gênero e raciais no país, reforçando o poder da força conservadora e intolerante que vem crescendo no seio da sociedade e do estado brasileiro, cujos representantes nos partidos e Congresso têm pedido o fim destes ministérios desde sua instalação.

Igualmente repudiamos a retração na política pública de saúde, seja pelo corte de recursos orçamentários seja pela troca de ministro que na prática significa opção por outra linha de orientação para o SUS que não a perspectiva da saúde pública e universal pela qual lutamos e conquistamos na Constituição de 1988.

Nós, da Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB, dizemos não, veementemente, a estes retrocessos!

Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB, setembro de 2015.

Acesse no site de origem: [Nota da Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB sobre os rumos da Reforma Ministerial e possível Rebaixamento da Secretaria de Políticas para as Mulheres, SEPPIR e SDH \(AMB, 28/09/2015\)](#)

Secretaria da Câmara se destaca em ações de enfrentamento à violência contra a mulher

(Câmara Notícias, 05/02/2015) A Secretaria da Mulher da Câmara divulgou, neste começo de legislatura, um relatório do trabalho realizado desde a sua criação, há dois anos. Ações de enfrentamento à violência contra a mulher e a campanha do Tribunal Superior Eleitoral para incentivar que mais mulheres se filiem a partidos políticos estão entre os acontecimentos destacados no relatório.

Acesse a íntegra no site *Compromisso e Atitude*: [Secretaria da Câmara se destaca em ações de enfrentamento à violência contra a mulher \(Câmara Notícias, 05/02/2015\)](#)

Debate sobre questões de gênero nas escolas ganha reforço

(Geledés, 02/07/2014) A Secretaria da Mulher, por meio da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres, passou a fazer parte de um grupo de trabalho organizado sob o projeto “Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher nas Escolas de Ceilândia”. A iniciativa faz parte do conjunto que ações que o Centro Judiciário da Mulher em Situação de Violência Doméstica do TJDF - CJM - está desenvolvendo.

A demanda atende a uma das solicitações do coordenador do projeto, o juiz Ben-Hur Viza. A

reunião de alinhamento de como o projeto será desenvolvido aconteceu no fórum de Ceilândia, e contou com a participação da subsecretária de Políticas para as Mulheres, Sandra Di Croce Patricio; da supervisora do CJM, Cristiane Moiroshi; e da coordenadora da Coordenação Regional de Educação de Ceilândia, Simone Cristalino.



Secretaria da Mulher irá transferir tecnologia ao Centro Judiciário da Mulher, do TJDFT

“A Secretaria da Mulher irá transferir a tecnologia desenvolvida no órgão para lidar com questões de gênero e direitos da mulher em sala de aula. Levaremos o projeto ‘GDF Fazendo Gênero na Escola’, aliado ao Jogo da Mulher, ambos com o objetivo de sensibilizar e conscientizar os/as profissionais de educação. O conteúdo será reforçado ainda com as informações fundamentais do CJM”, explica Sandra Di Croce Patricio.

“Apesar da temática da violência contra a mulher ser algo bem antigo, ainda estamos em processo de construção e aprimoramento de soluções. Criar essa melhor comunicação, essa proximidade, é uma via de mão dupla e diminui as burocracias em favor de benefícios para as mulheres”, opina Cristiane.

Também participaram do encontro Kátia Regina Silva, da Secretaria da Mulher; Patrícia Brandão, do TJDFT; Myrian Sartoria, do CJM; e Tânia Maria Macedo Bessa, do TJDFT.

Saiba mais - As secretarias da Mulher e da Educação estão lado a lado promovendo a sensibilização das (os) profissionais das escolas públicas sobre as questões de gênero com o projeto “GDF Fazendo Gênero na Escola”. O desafio é despertar, nas escolas, discussões importantes para a construção de uma educação em gênero com respeito e igualdade entre mulheres e homens.

O projeto também apoia as escolas no cumprimento da norma do Conselho de Educação do Distrito Federal, que definiu os direitos da Mulher e as questões de gênero como conteúdos obrigatórios dos currículos da Educação Básica - uma vitória de mulheres e homens que estão transformando a cultura vigente em relação de respeito e igualdade.

O Centro Judiciário da Mulher, por sua vez, tem entre suas funções a articulação de uma rede de colaboradores, tem como público alvo mulheres vítimas de violência doméstica; famílias em contexto de violência doméstica; instituições públicas e privadas da rede de proteção à mulher vítima de violência doméstica; e universidades que desenvolvam estágios, programas e projetos voltados ao tema.

Acesse o site de origem: [Debate sobre questões de gênero nas escolas ganha reforço](#)

[Participantes de protesto virtual são hostilizadas pela internet](#)

(O Globo, 30/03/2014) A intolerância e o machismo existentes no Brasil, quantificados na última quinta-feira em pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) — que revelou que 65% dos entrevistados concordam que “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas” — tiveram mais um desdobramento no sábado, nas redes sociais.

Integrantes do grupo virtual “Eu não mereço ser estuprada”, que mobilizou a internet nos últimos dias, sofreram ameaças de estupro pelo Facebook. Na noite de anteontem, o grupo chegou a ter a página hackeada e o nome da comunidade foi trocado para “M de medo”. Os administradores resolveram então fechar a página, antes aberta para leitura e comentários.

Se as ameaças violentas vieram dos homens, o público feminino foi responsável por grande parte das ofensas e reprimendas publicadas.



Organizadora do protesto ‘Não mereço ser
estuprada’ é ameaçada de estupro
Reprodução

— As mulheres diziam: Espero que você seja estuprada, você não tem intelecto. Foram muitas mensagens raivosas de mulher — contou a jornalista e escritora Nana Queiroz, criadora da página.

A violência foi tanta que um grupo chegou a criar um evento no Facebook convocando internautas para um “estupro coletivo” das mulheres do “Eu não mereço ser estuprada”. Ontem pela manhã, Nana, uma das vítimas das ameaças, disse que “experimentou na pele” os resultados demonstrados pela pesquisa do Ipea:

“Amanheci de uma noite conturbada. Acreditei na pesquisa do IPEA e experimentei na pele sua fúria. Homens me escreveram ameaçando me estuprar se me encontrassem na rua, mulheres escreveram desejando que eu fosse estuprada”, escreveu.

Ao GLOBO, ela disse que vai prestar queixa na delegacia da mulher de Brasília por crime de incitação à violência.

— Me disseram coisas bem baixas, e a maioria das ameaças foi pública. Estou na delegacia da mulher e vou prestar queixa por crime de incitação à violência.

Convocada anteontem, a campanha pedia que mulheres tirassem a roupa e se fotografassem da cintura para cima, carregando um cartaz com os dizeres “Eu também não mereço ser estuprada”. Indignadas com os dados da pesquisa, muitas mulheres aderiram ao protesto online e postaram fotos seminuas. Na campanha, elas substituíram suas fotos de perfil e capa por imagens de apoio ao protesto. O ato contou também com a participação de homens, que se revoltaram com o pensamento predominante revelado pela pesquisa.

No DF, mulheres poderão descer do ônibus fora do ponto

Por questões de segurança, mulheres poderão descer dos ônibus fora do ponto de parada, a partir das 22h, no Distrito Federal. Decreto nesse sentido foi publicado pelo governo do Distrito Federal na edição de anteontem. As empresas de transporte coletivo deverão divulgar, em local visível, a nova regra.

Segundo Marco Antonio Campanella, diretor-geral da DFTRANS, autarquia responsável pelo transporte público no Distrito Federal, a medida foi motivada por pedido da Secretaria de Mulheres e por reclamações feitas por usuárias dos serviços de ônibus.

— Algumas paradas são muito distantes, em locais onde a iluminação não é a mais adequada — disse ele: — O objetivo é criar um ambiente mais propício para a integridade física das mulheres, que são as maiores vítimas nas regiões mais distantes.

Ainda de acordo com Campanella, as empresas que não seguirem a nova determinação estarão sujeitas à multa, em valor ainda a ser estipulado.

“Após as 22 horas, os condutores dos veículos de transporte coletivo, sempre que solicitados, deverão parar os ônibus, para possibilitar o desembarque de pessoas do sexo feminino, em qualquer lugar onde seja possível estacionar, respeitado o trajeto da linha, ainda que fora do ponto de parada”, diz trecho do decreto.

Acesse o PDF: [Participantes de protesto virtual são hostilizadas pela internet](#)

Avanços de políticas de gênero no Legislativo brasileiro

(Portal Senado) O projeto Quintas Femininas do mês de março fará um balanço dos avanços e estruturas configuradas no Legislativo brasileiro com recorte de gênero. O objetivo é aproximar as casas legislativas debatendo políticas públicas sociais, além de apresentar as

atuações feitas pela Procuradoria da Mulher do Senado, Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e das entidades parceiras, que apresentarão propostas de ações ao longo do ano.

A novidade do mês será a participação simultânea dos estados que poderão interagir com as parlamentares, indicando os trabalhos realizados, e podendo realizar a troca de experiência entre si.

Participarão do encontro a Procuradora da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin; Procuradora da Mulher da Câmara dos Deputados, Elcione Barbalho e a Coordenadora da Bancada Feminina do Congresso Nacional, deputada Jô Moraes. Participam também as entidades parceiras, como Secretaria de Políticas para as Mulheres, SPM; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial SEPPIR; ONU Mulheres, Banco Mundial e Núcleo de Estudos e Políticas Sobre a Mulher - Nepem, da Universidade de Brasília.

Participe!

O debate terá a cobertura do site Interlegis. O espectador poderá enviar sugestões e perguntas ao palestrante (www.interlegis.leg.br), ou ligar para 0800 61 22 11.

O projeto Quintas Femininas, iniciativa da Procuradoria Especial da Mulher do Senado e da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, é realizado mensalmente. São palestras voltadas para o público em geral com o intuito de despertar o interesse da sociedade para os principais problemas que permeiam o universo feminino, entre eles saúde da mulher, empoderamento e violência doméstica.

Quando: 20 de março

Onde: Auditório Interlegis - Senado Federal

Mais informações:

(61) 3303-1713

Participação: www.interlegis.leg.br

Acesse o PDF: [Avanços de políticas de gênero no Legislativo brasileiro \(Portal Senado - 14/03/2014\)](#)